

# A retomada do crescimento

## Armínio Fraga

O Brasil precisa voltar a crescer. Para que isso aconteça, será necessário produzir mais e melhores bens e serviços, o que resultará em aumento da renda *per capita* e melhoria do padrão de vida da população. A questão que se coloca é como fazê-lo, e talvez a resposta a essa pergunta deva ser procurada junto aos países que foram bem-sucedidos nessa empreitada. Um livro recente de Joel Mokyr (*The Lever of Riches*, Oxford University Press, 1990) reúne em três grandes grupos os fatores determinantes do crescimento econômico: investimento, aumento do conhecimento e ampliação dos mercados.

Em primeiro lugar vem o investimento, ou seja, o incremento do estoque de capital da economia. Para que a renda *per capita* aumente, o estoque de capital precisa crescer mais rapidamente do que a população, uma constatação intuitiva que Robert Solow formulou de forma definitiva na década de 50. É irrelevante, para essa análise, se o investimento é nacional ou estrangeiro, público ou privado.

A segunda fonte de crescimento, o aumento do conhecimento humano, decorre da circunstância de que as inovações tecnológicas fazem com que a produtividade aumente, obtendo-se mais produto com menos esforço. Esse fator, que é o principal tema do livro de Mokyr, já foi dissecado na obra de Joseph Schumpeter, que caracterizou a expansão capitalista como um processo contínuo de inovações financiadas via crédito.

A terceira alavanca para o crescimento vem do comércio e da ampliação dos mercados. Esse é um resultado clássico da microeconomia desde Adam Smith e David Ricardo, que o demonstraram no Século XVI-II, usando o princípio das vantagens comparativas. O livre comércio entre as nações aumenta as possibilidades de consumo para todos e há ganhos também a auferir tanto por meio de aumentos na escala de produção como pela redução nos custos de transação via mercados.

Uma melhor utilização da capacidade ociosa na indústria poderia também resultar em algum crescimento, mas essa fonte é limitada e exige cuidado. O crescimento sustentável não vem de aumentos nos gastos do Governo, financiados por emissão de moeda e/ou juros elevados. Na verdade, como bem demonstra a história recente do Brasil,

consumo sem produção e sem investimento gera inflação e não crescimento.

O Brasil investiu entre 22 e 25 por cento de seu PIB anualmente durante a década de 70, mas esse número caiu para cerca de 18 por cento na década seguinte. Essa performance medíocre foi provocada por erros em pelo menos quatro áreas distintas.

Na área macro, o descontrole fiscal e monetário trouxe consigo inflação e instabilidade; na área micro, o excesso de controle e intervenções comprometeu a eficiência e a competitividade da economia brasileira; na área internacional, o Brasil se isolou do mundo e prejudicou sua capacidade de atrair novos investimentos e, finalmente, na área legal promoveu-se a destruição da base jurídica necessária ao bom funcionamento de uma economia de mercado.

Esse último é um ponto particularmente grave, sendo lamentável que a liberdade política não tenha vindo acompanhada de responsabilidade no campo econômico. Os diversos choques nos deixaram uma herança que só desaparecerá com a definição e manutenção de regras claras e estáveis.

Esse diagnóstico permite-nos extrair algumas conclusões, sendo a primeira delas a de que não adianta correr atrás de um truque que cure todos os males sem sacrifício. Esse truque não existe. Crescimento só com investimento. Investimento só com confiança. Confiança só com a reversão dos erros cometidos ao longo dos últimos anos.

Como a confiança é extremamente volátil — perde-se rapidamente mas só se recupera lentamente — o desaquecimento da economia que hoje vivemos pode ser considerado inevitável. O investidor escaldado só vai sair da toca devagarinho. Um reaquecimento da economia neste momento, antes que se corrijam as falhas fundamentais que ainda perduram, seria portanto como um pique: os problemas “desapareceriam” por algum tempo, mas, com a ressaca, retornariam com força redobrada.

O programa econômico do governo Collor busca recuperar as bases de uma economia saudável e competitiva. A reforma do Estado, mediante emendas constitucionais e uma nova legislação fiscal, constitui-se na base do programa. A implementação dessa reforma requer, porém, uma parceria decisiva e mesmo patriótica

entre o Executivo e o Legislativo. Sem essa parceria os problemas do País não têm solução; com ela o futuro é extremamente promissor.

No campo macroeconômico, as reformas darão uma contribuição fundamental para a estabilização da economia. A inflação, em última instância, espelha a falta de credibilidade do setor público. Um governo perde seu crédito quando gasta mais do que arrecada de forma recorrente. O programa econômico visa a recuperar o crédito público pela obtenção de um *superavit* primário sustentável. Assim será possível reduzir ao mesmo tempo a inflação e a taxa de juros real.

Na transição para um regime fiscal robusto e responsável teremos que conviver com uma taxa de juros real elevada. Ela cairá gradualmente à medida que se obtenha o reforço fiscal, a redução da taxa de inflação se consolide e a confiança na base legal da economia seja recuperada. É um processo que já se iniciou, o que explica o fato de a taxa de juros real já está se reduzindo.

No campo microeconômico, as reformas que o governo Collor vêm promovendo visam a recuperar a competitividade da economia brasileira. Além das reformas constitucionais e fiscais, suas bases estão assentadas na privatização, na abertura da economia e em inúmeros aperfeiçoamentos legais (propriedade intelectual, capital estrangeiro etc.).

O combate à inflação, aliás, não é a única motivação da reforma fiscal do Estado, que busca também o desenvolvimento de um sistema tributário mais justo e eficiente. Não se trata, portanto, meramente de um aumento na arrecadação, mas de um melhor processo de tributação e gerenciamento de gastos.

No *front* externo, o processo de normalização do relacionamento com a comunidade financeira internacional já se encontra em fase de conclusão. A partir da estabilização e das reformas estruturais, o Brasil poderá competir em condições favoráveis por capitais, tecnologias e mercados internacionais.

Para ativar de forma duradoura as verdadeiras fontes do crescimento, o Brasil precisará levar até o fim o seu programa econômico. A estrada é conhecida e não existem atalhos. Percorrê-la é uma obrigação das lideranças do País. Não fazê-lo significaria jogar fora mais uma década.

■ Armínio Fraga é diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil